

# **Empresa de Energia São Manoel S.A.**

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Empresa de Energia São Manoel S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6.1, 11 e 12 às demonstrações financeiras)**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 3.293.350 mil e R\$ 72.841 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa (“UGC”), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 7 às demonstrações financeiras)**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 225.858 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudanças nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

#### **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

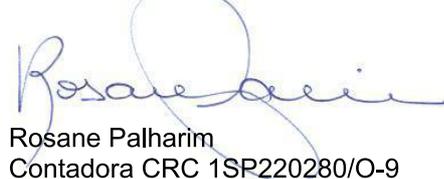


Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6



Rosane Palharim  
Contadora CRC 1SP220280/O-9



Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**  
 (Em milhares de reais)



| <b>ATIVO</b>                                       | <b>Nota</b> | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
|--|-------------|-------------------|-------------------|
| <b>Circulante</b>                                  |             |                   |                   |
| Caixa e equivalentes de caixa                      | 4           | 112.935           | 45.143            |
| Concessionárias                                    | 5           | 50.758            | 57.376            |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 6           | 4.116             | 2.468             |
| Outros tributos compensáveis                       | 6           | 56.699            | 27.133            |
| Outros créditos                                    | 10          | 215               | 1.120             |
| <b>Total do Ativo Circulante</b>                   |             | <b>224.723</b>    | <b>133.240</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |             |                   |                   |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 6           | 4.814             | 4.539             |
| Outros tributos compensáveis                       | 6           | 56.373            | 106.418           |
| Tributos diferidos                                 | 7           | 225.858           | 219.104           |
| Cauções e depósitos vinculados                     | 8           | 82.860            | 134.089           |
| Outros créditos                                    | 10          | 199               |                   |
|  |             | <b>370.104</b>    | <b>464.150</b>    |
| Imobilizado  | 11          | 3.293.350         | 3.274.398         |
| Intangível   | 12          | 72.841            | 95.732            |
|  |             | <b>3.366.191</b>  | <b>3.370.130</b>  |
| <b>Total do Ativo Não circulante</b>               |             | <b>3.736.295</b>  | <b>3.834.280</b>  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>                              |             | <b>3.961.018</b>  | <b>3.967.520</b>  |
| <b>PASSIVO</b>                                     |             |                   |                   |
|  | <b>Nota</b> | <b>31/12/2019</b> | <b>31/12/2018</b> |
| <b>Circulante</b>                                  |             |                   |                   |
| Fornecedores                                       | 13          | 19.793            | 33.348            |
| Outros tributos a recolher                         | 6           | 645               | 1.715             |
| Debêntures   | 14          | 28.157            | 23.379            |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  | 15          | 88.532            | 82.314            |
| Uso do bem público                                 | 16          | 3.762             | 3.623             |
| Provisões  | 17          | 16.430            | 22.257            |
| Outras contas a pagar                              | 10          | 6.393             | 8.304             |
| <b>Total do Passivo Circulante</b>                 |             | <b>163.712</b>    | <b>174.940</b>    |
| <b>Não circulante</b>                              |             |                   |                   |
| Tributos diferidos                                 | 7           | 12                | 6                 |
| Debêntures   | 14          | 294.026           | 304.202           |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas  | 15          | 1.458.702         | 1.486.306         |
| Uso do bem público                                 | 16          | 45.798            | 44.605            |
| Provisões  | 17          | 24.974            | 30.608            |
| Outras contas a pagar                              | 10          | 2.457             | 300               |
| <b>Total do Passivo Não circulante</b>             |             | <b>1.825.969</b>  | <b>1.866.027</b>  |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                          |             |                   |                   |
| Capital social                                     | 18.1        | 2.409.974         | 2.351.974         |
| Prejuízos acumulados                               |             | (438.637)         | (425.421)         |
| <b>Total do Patrimônio Líquido</b>                 |             | <b>1.971.337</b>  | <b>1.926.553</b>  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>       |             | <b>3.961.018</b>  | <b>3.967.520</b>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



|   | <b>Nota</b> | <b>2019</b>      | <b>2018</b>      |
|---|-------------|------------------|------------------|
| <b>Receitas</b>   | 19          | <b>382.499</b>   | <b>315.292</b>   |
| <b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b> | 20          |                  |                  |
| Custo do serviço de energia elétrica                      |             | (171.041)        | (131.741)        |
| Custo de operação   |             | (162.321)        | (151.445)        |
|   |             | <u>(333.362)</u> | <u>(283.186)</u> |
| <b>Lucro bruto</b>  |             | <b>49.137</b>    | <b>32.106</b>    |
| <b>Despesas e Receitas operacionais</b>                   | 20          |                  |                  |
| Despesas gerais e administrativas                         |             | (4.211)          | (6.442)          |
| Outras despesas e receitas operacionais                   |             | 110.135          | 3                |
|   |             | <u>105.924</u>   | <u>(6.439)</u>   |
| <b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>     |             | <b>155.061</b>   | <b>25.667</b>    |
| <b>Resultado financeiro</b>                               | 21          |                  |                  |
| Receitas financeiras                                      |             | 12.124           | 8.599            |
| Despesas financeiras                                      |             | (187.155)        | (180.395)        |
|   |             | <u>(175.031)</u> | <u>(171.796)</u> |
| <b>Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro</b>          |             | <b>(19.970)</b>  | <b>(146.129)</b> |
| <b>Tributos sobre o lucro</b>                             | 22          |                  |                  |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos          |             | 6.754            | 49.650           |
|   |             | <u>6.754</u>     | <u>49.650</u>    |
| <b>Prejuízo do exercício</b>                              |             | <b>(13.216)</b>  | <b>(96.479)</b>  |
| <br>  |             |                  |                  |
| <b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>       | 23          |                  |                  |
| Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)          |             |                  |                  |
| ON  |             | (0,00560)        | (0,04180)        |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em milhares de reais)



|  | <u>2019</u>            | <u>2018</u>            |
|--|------------------------|------------------------|
| <b>Prejuízo do exercício</b>             | <b>(13.216)</b>        | <b>(96.479)</b>        |
| <b>Resultado abrangente do exercício</b> | <b><u>(13.216)</u></b> | <b><u>(96.479)</u></b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 (Em milhares de reais)



|   | <b>Capital social</b> | <b>Prejuízos acumulados</b> | <b>Total</b>     |
|---|-----------------------|-----------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b> | <b>2.273.974</b>      | <b>(328.942)</b>            | <b>1.945.032</b> |
| Aumento de capital - RCA 11/12/2017     | 30.000                |                             | 30.000           |
| Aumento de capital - RCA 24/09/2018     | 15.000                |                             | 15.000           |
| Aumento de capital - RCA 29/10/2018     | 33.000                |                             | 33.000           |
| Prejuízo do exercício                   |                       | (96.479)                    | (96.479)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> | <b>2.351.974</b>      | <b>(425.421)</b>            | <b>1.926.553</b> |

|   | <b>Capital social</b> | <b>Prejuízos acumulados</b> | <b>Total</b>     |
|---|-----------------------|-----------------------------|------------------|
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b> | <b>2.351.974</b>      | <b>(425.421)</b>            | <b>1.926.553</b> |
| Aumento de capital - RCA 10/12/2018     | 9.000                 |                             | 9.000            |
| Aumento de capital - RCA 28/10/2019     | 49.000                |                             | 49.000           |
| Prejuízo do exercício                   |                       | (13.216)                    | (13.216)         |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b> | <b>2.409.974</b>      | <b>(438.637)</b>            | <b>1.971.337</b> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



|   | <u>Nota</u> | <u>2019</u>            | <u>2018</u>             |
|---|-------------|------------------------|-------------------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>   |             |                        |                         |
| Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro   |             | (19.970)               | (146.129)               |
| <b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>        |             |                        |                         |
| Impostos diferidos  |             | 6                      | 6                       |
| Depreciações e amortizações   |             | 130.107                | 125.861                 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados                                 |             | 363                    |                         |
| Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos                               |             | 113                    |                         |
| Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures |             | 180.160                | 166.363                 |
| Uso do bem público - atualização monetária e AVP  |             | 5.089                  | 5.027                   |
| Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP                                    |             | 65                     |                         |
| Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas                        |             | 1.908                  |                         |
| Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP                          |             | (2.209)                | 8.458                   |
| Encargos setoriais - provisão e atualização monetária                                     |             | 1.592                  | 1.282                   |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária                         |             | (5.681)                | (1.876)                 |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária                                  |             | (443)                  | (277)                   |
| Provisão para perda no valor recuperável dos ativos                                       |             | (111.191)              |                         |
|   |             | <u>179.909</u>         | <u>158.715</u>          |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>  |             |                        |                         |
| Concessionárias   |             | 6.618                  | (26.151)                |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar  |             |                        | (24.536)                |
| Outros tributos compensáveis  |             | (21.385)               |                         |
| Outros ativos operacionais  |             | 742                    | 1.887                   |
|   |             | <u>(14.025)</u>        | <u>(48.800)</u>         |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>                                      |             |                        |                         |
| Fornecedores  |             | (13.555)               | 16.437                  |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher   |             |                        | 27.747                  |
| Outros tributos a recolher  |             | 40.791                 |                         |
| Provisões   |             | (22.702)               | (39.292)                |
| Uso do bem público  |             | (3.757)                | (3.611)                 |
| Outros passivos operacionais  |             | (1.684)                | 2.010                   |
|   |             | <u>(907)</u>           | <u>3.291</u>            |
| Imposto de renda e contribuição social pagos  |             | (1.477)                |                         |
| <b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>                              |             | <u><b>163.500</b></u>  | <u><b>113.206</b></u>   |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>                                      |             |                        |                         |
| Adições ao Imobilizado e Intangível   |             | (3.520)                | (159.620)               |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>                              |             | <u><b>(3.520)</b></u>  | <u><b>(159.620)</b></u> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>                                     |             |                        |                         |
| Cauções   |             | 56.874                 | (129.783)               |
| Aumento de capital social líquido do custo de emissão                                     |             | 58.000                 | 78.000                  |
| Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures                                      |             | 3.109                  | 392.590                 |
| Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures                                   |             | (55.748)               | (280.000)               |
| Pagamentos de encargos de dívidas   |             | (154.305)              | (83.561)                |
| Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos                                       |             | (118)                  |                         |
| <b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>                             | 25.1        | <u><b>(92.188)</b></u> | <u><b>(22.754)</b></u>  |
| <b>Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>                         |             | <u><b>67.792</b></u>   | <u><b>(69.168)</b></u>  |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício                                       |             | 112.935                | 45.143                  |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício                                      |             | 45.143                 | 114.311                 |
|   |             | <u><b>67.792</b></u>   | <u><b>(69.168)</b></u>  |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**EMPRESA DE ENERGIA SÃO MANOEL S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (Em milhares de reais)



|   | <b>2019</b>      | <b>2018</b>      |
|---|------------------|------------------|
| <b>Geração do valor adicionado</b>                | 465.455          | 583.116          |
| Receita operacional                               | 447.148          | 364.699          |
| Receita relativa à construção de ativos próprios  | 18.296           | 218.413          |
| Outras receitas                                   | 11               | 4                |
| <b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>        | <b>(124.558)</b> | <b>(355.078)</b> |
| Custos da energia comprada                        | (108.714)        | (77.250)         |
| Encargos de uso da rede elétrica                  | (79.731)         | (68.051)         |
| Materiais   | (2.456)          | (44.188)         |
| Serviços de terceiros                             | (24.374)         | (159.462)        |
| Outros custos operacionais                        | 90.717           | (6.127)          |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                     | <b>340.897</b>   | <b>228.038</b>   |
| <b>Retenções</b>                                  |                  |                  |
| Depreciações e amortizações                       | (130.107)        | (125.861)        |
| <b>Valor adicionado líquido produzido</b>         | <b>210.790</b>   | <b>102.177</b>   |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b> |                  |                  |
| Receitas financeiras                              | 12.654           | 10.108           |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>        | <b>223.444</b>   | <b>112.285</b>   |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>           |                  |                  |
| Pessoal   |                  |                  |
| Remuneração direta                                | 6.445            | 26.447           |
| Benefícios  | 1.652            | 819              |
| FGTS  | 498              | 827              |
| Impostos, taxas e contribuições                   |                  |                  |
| Federais  | 40.686           | (12.759)         |
| Estaduais   | 42               | 295              |
| Municipais  | 1                | 31               |
| Remuneração de capitais de terceiros              |                  |                  |
| Juros   | 187.155          | 192.917          |
| Aluguéis  | 181              | 187              |
|   | <b>236.660</b>   | <b>208.764</b>   |
| Prejuízo do exercício                             | (13.216)         | (96.479)         |
|   | <b>223.444</b>   | <b>112.285</b>   |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

### 1.1 Concessão

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

| Usina Hidrelétrica | Estado | Modalidade            | Outorga   | Capacidade Instalada | Energia Assegurada | Concessão  |            |
|--------------------|--------|-----------------------|-----------|----------------------|--------------------|------------|------------|
|                    |        |                       |           | (MWm)                | (MWm)              | Início     | Término    |
| São Manoel         | PA     | Produtor Independente | Concessão | 735,8                | 430,4              | 10/04/2014 | 10/04/2049 |

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 430,4 MWm, 289,5 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$83,49 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo em 31 de dezembro de 2019, atualizado de R\$111,89 por MWh. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

As quatro unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada inicial de 175 MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de dezembro de 2017, janeiro, março e abril de 2018.

#### 1.1.1 Uso do bem público - UBP

Como pagamento pelo UBP, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$2.789, atualizado em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.881, corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2019, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$49.560 (R\$48.228 em 31 de dezembro de 2018) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

#### 1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

## 2 Base de preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

### 2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7.1.2); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2); e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.1).

### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

### Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

## 2.6.1 Teste no valor recuperável dos ativos não financeiros

Mediante a substituição do consórcio construtor da UHE São Manoel, ocorrida em janeiro de 2017, a Administração projetou que haveria um incremento no montante total previsto para a construção da UHE São Manoel, uma vez que gastos adicionais seriam demandados junto às novas empresas para a conclusão da construção dentro do cronograma esperado.

Devido o ocorrido, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia procedeu o teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável. Com base em premissas que vão desde a base de determinação do valor recuperável, até a taxa de desconto, a Companhia, no exercício de 2016, entendendo que usou as melhores estimativas disponíveis para o cálculo, identificou uma perda no valor recuperável do ativo UHE São Manoel no valor de R\$460.236, registrada em contrapartida da rubrica Outras despesas operacionais, no resultado do exercício de 2016.

Adicionalmente, a Companhia avalia a obrigação de indenizar a cargo da Pan Seguros S.A., seguradora que emitiu apólice de seguro garantia em favor da Companhia, com início de cobertura a partir de julho de 2014. A Companhia contratou parecer jurídico junto a consultores especializados o qual conclui que a Companhia possui direito ao recebimento da indenização visto que o seguro possui como objetivo garantir a execução, em regime de empreitada total, a preço fixo, dos fornecimentos de materiais e equipamentos, montagem, serviços de engenharia e obras civis, na modalidade "Turn Key" pleno, para a implantação do empreendimento. O limite de indenização pela apólice é R\$429.555.

Em agosto de 2018, a Pan Seguros S.A. encerrou o procedimento de regulação do sinistro e negou cobertura securitária à Companhia. Em razão disso, em janeiro de 2019, foi ajuizada ação de cobrança pela Companhia em face da seguradora. Em outubro de 2019, foi proferida sentença desfavorável à Companhia, em face desta decisão, foi interposto recurso de Apelação, o qual aguarda julgamento. O prognóstico de perda permanece classificado como "possível" pelos assessores jurídicos da Companhia.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade. Nos exercícios de 2018 e 2017 a Companhia procedeu a revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, não identificando a necessidade de reversão ou complemento ao valor registrado no exercício de 2016.

No entanto, em 2019, a Administração da Companhia, por meio de testes de sensibilidade, alterações regulatórias, e análise de indicadores, identificou indicativos de que o cálculo de valor recuperável da usina poderia estar subavaliado, tendo efeito sobre o lançamento de *impairment* reconhecido em 2016. Os indicadores identificados vão desde a homologação da nova Garantia Física (Nota 3.1), até fatores de melhora no cenário macroeconômico, componentes para desconto de fluxo de caixa na avaliação de investimentos, utilizados para cálculo do valor recuperável.

Após realizadas as análises de indicadores e performedo o teste de recuperabilidade, utilizando as fontes internas e externas de informação previstas no CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia procedeu com o registro da reversão no montante de R\$111.191, detalhados por classe de ativos na nota 11.1 - Composição do Imobilizado, em contrapartida da Nota 20 - Gastos operacionais.

## 2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

| Número/ Descrição  | Correlação IASB       | Natureza             | Data Publicação (Brasil) | Obrigatori- edade de adoção | Impactos Contábeis      | Método de Adoção                                     |
|--|-----------------------|----------------------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------|--|
| CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.7.1)   | IFRS 16               | Pronunciamento       | 21/12/2017               | 01/01/2019                  | Sem impactos relevantes | Retrospectiva com efeito cumulativo                  |
| CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária  | IAS 29                | Pronunciamento       | 21/12/2018               | (*)                         | Sem impactos            | Não aplicável sua adoção                             |
| ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42                     | IFRIC 7               | Interpretação        | 21/12/2018               | (*)                         | Sem impactos            | Não aplicável sua adoção                             |
| ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)                      | IFRIC 23              | Interpretação        | 21/12/2018               | 01/01/2019                  | Sem impactos relevantes | Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios |
| Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)                                 | Revisão Diversos CPCs |                      | 01/11/2018               | 01/01/2019                  | Sem impactos            | Sem impactos da adoção para os exercícios            |
| CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.7.4) | Conceptual Framework  | Estrutura Conceitual | 10/12/2019               | 01/01/2020                  | Sem impactos            | Sem impactos da adoção para os exercícios            |

(\*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

### 2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento. Os montantes registrados encontram-se demonstrados nas notas 10 e 11.

### 2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia conclui que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

### 2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

### 2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a “Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro” (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos.

Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para àqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

## 3 Eventos significativos do exercício

### 3.1 Acréscimo de capacidade instalada

Em 26 de setembro de 2019 a ANEEL, por meio do Despacho nº 2.674/2019, homologou os parâmetros da UHE São Manoel, com alteração da Potência Instalada total de 700,0 MW para 735,8 MW, de tal forma que a Potência Nominal Unitária de cada turbina, anteriormente fixada em 170,0 MW, passa a ser de 183,9 MW. A partir da decisão da ANEEL, foi iniciado o processo de Revisão Extraordinária da Garantia Física do empreendimento que, por meio da Portaria nº 352 emitida em 06 de dezembro de 2019 pelo MME, definiu a nova garantia física da UHE São Manoel em 430,4 MW ante os 424,5 MW anteriores.

### 3.2 Liberações de recursos

Durante o exercício de 2019 a Companhia obteve a seguinte liberação de recursos:

| Fonte | Data da liberação | Vencimento | Valor        | Custo da dívida | Finalidade   |
|-------|-------------------|------------|--------------|-----------------|--|
| BNDES | set/19            | dez/25     | 3.109        | TJLP            | Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel |
|       |                   |            | <u>3.109</u> |                 |  |

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

|   | 31/12/2019     | 31/12/2018    |
|---|----------------|---------------|
| Bancos conta movimento                    | 786            | 4.206         |
| Aplicações financeiras                    |                |               |
| Certificados de Depósitos Bancários - CDB | 112.149        | 40.937        |
| Total                                     | <u>112.935</u> | <u>45.143</u> |

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

As aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

## 5 Concessionárias

|                                | 31/12/2019    | 31/12/2018    |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Concessionárias                |               |               |
| Suprimento de energia elétrica | 46.478        | 44.273        |
| Energia de curto prazo         | 4.280         | 13.103        |
|                                | <u>50.758</u> | <u>57.376</u> |

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas à contratos bilaterais ocorre, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo (ACL), os mesmos são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.4.

## 6 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

|  | Nota | Saldo em 31/12/2018 | Adição        | Atualização monetária | Adiantamentos / Pagamentos | Transferência   | Saldo em 31/12/2019 |
|--|------|---------------------|---------------|-----------------------|----------------------------|-----------------|---------------------|
| <b>Ativos compensáveis</b>                         |      |                     |               |                       |                            |                 |                     |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar |      | 7.007               |               | 446                   | 1.477                      |                 | 8.930               |
|  |      | <u>7.007</u>        | <u>-</u>      | <u>446</u>            | <u>1.477</u>               | <u>-</u>        | <u>8.930</u>        |
| Circulante   |      | 2.468               |               |                       |                            |                 | 4.116               |
| Não Circulante                                     |      | 4.539               |               |                       |                            |                 | 4.814               |
| <b>Outros tributos compensáveis</b>                |      |                     |               |                       |                            |                 |                     |
| ICMS   |      | 16                  |               |                       |                            |                 | 16                  |
| PIS e COFINS                                       | 6.1  | 122.169             | 17.407        |                       |                            | (41.864)        | 97.712              |
| IRRF sobre aplicações financeiras                  |      | 5.617               | 1.667         |                       |                            |                 | 7.284               |
| Outros   |      | 5.749               | 2.311         |                       |                            |                 | 8.060               |
| Total  |      | <u>133.551</u>      | <u>21.385</u> | <u>-</u>              | <u>-</u>                   | <u>(41.864)</u> | <u>113.072</u>      |
| Circulante   |      | 27.133              |               |                       |                            |                 | 56.699              |
| Não circulante                                     |      | 106.418             |               |                       |                            |                 | 56.373              |
| <b>Passivos a recolher</b>                         |      |                     |               |                       |                            |                 |                     |
| Outros tributos a recolher                         |      |                     |               |                       |                            |                 |                     |
| ICMS   |      | 827                 | 1.101         |                       | (1.737)                    |                 | 191                 |
| PIS e COFINS                                       |      | -                   | 41.869        |                       |                            | (41.864)        | 5                   |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros    |      | 504                 | 910           |                       | (1.203)                    |                 | 211                 |
| Encargos com pessoal                               |      | 384                 | 139           | 3                     | (288)                      |                 | 238                 |
| Total Circulante                                   |      | <u>1.715</u>        | <u>44.019</u> | <u>3</u>              | <u>(3.228)</u>             | <u>(41.864)</u> | <u>645</u>          |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

### 6.1 PIS e COFINS

Do montante total de créditos de PIS e COFINS de R\$97.712 (R\$122.169 em 31 de dezembro de 2018), R\$59.657 (R\$101.521 em 31 de dezembro de 2018) referem-se a créditos originados na aquisição de insumos e de ativos imobilizados para a construção da UHE São Manoel a serem compensados com os respectivos débitos desses impostos na medida que os faturamentos de energia elétrica forem sendo realizados.

## 7 Tributos diferidos

|  | Nota | Ativo          |                | Passivo    |            |
|--|------|----------------|----------------|------------|------------|
|  |      | 31/12/2019     | 31/12/2018     | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| PIS e COFINS                           |      |                |                | 12         | 6          |
| Imposto de renda e contribuição social | 7.1  | 225.858        | 219.104        |            |            |
| Total                                  |      | <u>225.858</u> | <u>219.104</u> | <u>12</u>  | <u>6</u>   |

### 7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

## 7.1.1 Composição

| Natureza dos créditos                         | Nota    | Ativo Não circulante |            | Passivo Não circulante |            | Resultado |         |
|---|---------|----------------------|------------|------------------------|------------|-----------|---------|
|   |         | 31/12/2019           | 31/12/2018 | 31/12/2019             | 31/12/2018 | 2019      | 2018    |
| <b>Prejuízos Fiscais</b>                      |         | 54.589               | 26.521     |                        |            | 28.068    | 24.580  |
| <b>Base Negativa da Contribuição Social</b>   |         | 19.652               | 9.547      |                        |            | 10.105    | 8.848   |
|   |         | 74.241               | 36.068     | -                      | -          | 38.173    | 33.428  |
| <b>Diferenças Temporárias</b>                 |         |                      |            |                        |            |           |         |
| Gastos Pré-operacionais                       |         | 6.312                | 8.477      |                        |            | (2.165)   | (2.164) |
| Uso do bem público - CPC 25                   |         | 3.107                | 3.161      | 1.158                  | 2.171      | 959       | 990     |
| Redução no valor recuperável dos ativos       | 7.1.1.1 | 110.261              | 152.502    |                        |            | (42.241)  | (3.671) |
| Licenças ambientais                           |         | 32.972               | 21.111     |                        |            | 11.861    | 21.111  |
| Outras  |         | 215                  | 2          | 92                     | 46         | 167       | (44)    |
| <b>Total diferenças temporárias</b>           |         | 152.867              | 185.253    | 1.250                  | 2.217      | (31.419)  | 16.222  |
| <b>Total</b>                                  |         | 227.108              | 221.321    | 1.250                  | 2.217      | 6.754     | 49.650  |
| Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos |         | (1.250)              | (2.217)    | (1.250)                | (2.217)    |           |         |
| <b>Total</b>                                  |         | 225.858              | 219.104    | -                      | -          |           |         |

### 7.1.1.1 Redução no valor recuperável dos ativos

É decorrente do reconhecimento dos tributos diferidos sobre a Redução no valor recuperável dos ativos, à alíquota de 34%, tendo efeito no período da reversão do valor recuperável (Nota 2.6.1.)

### 7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

| 2020   | 2021   | 2022   | 2023   | 2024   | 2025 a 2027 | A partir de 2028 | Total Não Circulante |
|--------|--------|--------|--------|--------|-------------|------------------|----------------------|
| 11.927 | 11.994 | 11.994 | 14.610 | 17.634 | 19.257      | 139.692          | 227.108              |

## 8 Cauções e depósitos vinculados

|                      | Nota | Saldo em 31/12/2018 | Adição | Atualização | Resgate   | Saldo em 31/12/2019 |
|----------------------|------|---------------------|--------|-------------|-----------|---------------------|
| Depósitos judiciais  | 17   | 2.565               | 341    | 136         | (377)     | 2.665               |
| Cauções              | 8.1  | 131.524             | 43.915 | 5.545       | (100.789) | 80.195              |
| Total Não circulante |      | 134.089             | 44.256 | 5.681       | (101.166) | 82.860              |

### 8.1 Cauções

Refere-se às aplicações em fundo de investimentos, junto ao Banco Citibank, em cumprimento ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Nota 15) e à 4ª emissão de debêntures (Nota 14), constituídas como parte das garantias dos contratos. O montante caucionado é baseado na expectativa das parcelas futuras de ambas as dívidas, para os próximos seis meses, sendo R\$58.651 relacionado ao BNDES, R\$1.672 às debêntures e R\$19.872 compartilhado entre ambos.

Adicionalmente, em 5 de dezembro de 2019 houve substituição parcial da Garantia de Caução referente ao BNDES por Carta Fiança.

## 9 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Notas explicativas  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



| Relacionamento  | Preço praticado (R\$/MWh) | Duração                 | Ativo      |            | Passivo        |            |            |                | Resultado  |             |            |          |
|---|---------------------------|-------------------------|------------|------------|----------------|------------|------------|----------------|------------|-------------|------------|----------|
|   |                           |                         | Circulante |            | Não circulante | Circulante |            | Não circulante |            | Operacional | Financeiro |          |
|   |                           |                         | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019     | 31/12/2019 | 31/12/2018 | 31/12/2019     | 31/12/2018 | 2019        | 2018       | 2018     |
| <b>Concessionárias (Nota5)</b>  |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| <b>Suprimento de energia elétrica</b>   |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| EDP Comercializadora  |                           | 01/01/2018 a 30/04/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             | 25.882     |          |
| EDP Comercializadora  |                           | 01/05/2018 a 31/12/2038 | 3.464      | 2.534      |                |            |            |                |            | 36.359      | 23.561     |          |
| CTG Brasil Comercializadora   |                           | 01/01/2018 a 30/04/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             | 25.882     |          |
| CTG Brasil Comercializadora   |                           | 01/05/2018 a 31/12/2038 | 2.660      | 2.534      |                |            |            |                |            | 36.361      | 23.561     |          |
| EDP Espírito Santo  | 111,89                    | 26/04/2018 a 31/12/2047 |            |            | 172            | 152        |            |                |            | 1.418       | 932        |          |
| Furnas Centrais Elétricas   | 135,00                    | 01/01/2018 a 30/04/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             | 25.882     |          |
| Furnas Centrais Elétricas   | 140,19                    | 01/05/2018 a 31/12/2038 | 3.585      | 2.564      |                |            |            |                |            | 36.361      | 23.561     |          |
|   |                           |                         | 9.881      | 7.784      | -              | -          | -          | -              | -          | 110.499     | 149.261    | -        |
| <b>Fornecedores</b>   |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| <b>Encargos de uso da rede básica</b>   |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| Furnas Centrais Elétricas   |                           | 09/11/2017 a 10/04/2049 |            |            |                | 291        | 323        |                |            | (10.093)    | (10.427)   |          |
| EDP Transmissão   |                           | 09/02/2019 a 10/02/2047 |            |            |                | 5          |            |                |            | (65)        |            |          |
| <b>Suprimento de energia elétrica</b>   |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| EDP Comercializadora  |                           | 01/07/2018 a 31/12/2018 |            |            |                |            | 1.823      |                |            |             | (10.819)   |          |
| <b>Contrato de prestação de serviços (a)</b>  |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| EDP - Energias do Brasil  |                           | 01/05/2014 a 31/05/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             | (467)      |          |
| Furnas Centrais Elétricas   |                           | 01/09/2015 a 01/12/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             | (446)      |          |
| Furnas Centrais Elétricas   |                           | 24/09/2015 a 31/12/2019 |            |            |                | 1.974      | 1.974      |                |            | (1.974)     | (3.251)    |          |
| EDP Comercializadora  |                           | 28/10/2019 a 27/10/2024 |            |            |                |            |            | 87             |            | (87)        |            |          |
|   |                           |                         | -          | -          | -              | 2.270      | 4.120      | 87             | -          | (12.219)    | (25.410)   | -        |
| <b>Debêntures (b)</b>   |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| EDP - Energias do Brasil  |                           | 15/08/2016 a 15/12/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             |            | (9.112)  |
| CTG Brasil  |                           | 15/08/2016 a 15/12/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             |            | (9.112)  |
|   |                           |                         | -          | -          | -              | -          | -          | -              | -          | -           | -          | (18.224) |
| <b>Outras contas a pagar</b>  |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| <b>Reembolso de despesas</b>  |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| EDP Transmissão Aliança   |                           | 01/04/2018 a 31/12/2019 |            |            |                |            | 19         |                |            | (14)        | (56)       |          |
| EDP Transmissão   |                           | 01/04/2018 a 31/05/2019 |            |            |                |            |            |                |            |             | (22)       |          |
| EDP Transmissão MA II   |                           | 01/04/2018 a 31/07/2019 |            |            |                |            |            |                |            |             | (16)       |          |
| <b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura (c)</b> |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| EDP - Energias do Brasil  |                           | 01/05/2018 a 30/04/2020 |            |            | 198            |            |            | 220            | 163        | (1.258)     | (1.028)    |          |
| <b>Contrato de prestação de serviços e infraestrutura (d)</b>   |                           |                         |            |            |                |            |            |                |            |             |            |          |
| EDP - Energias do Brasil  |                           | 01/05/2014 a 31/05/2018 |            |            |                |            |            |                |            |             | (55)       |          |
|   |                           |                         | -          | -          | 198            | -          | 19         | 220            | 163        | (1.272)     | (1.177)    | -        |
| <b>Total</b>  |                           |                         | 9.881      | 7.784      | 198            | 2.270      | 4.139      | 307            | 163        | 97.008      | 122.674    | (18.224) |

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.  
As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 14.1, 15.1 e 26.2.

**(a) Contratos de prestação de serviços**

**EDP - Energias do Brasil**

O contrato tinha por objetivo a prestação de serviços corporativos pela *holding* EDP - Energias do Brasil à Companhia. Tratavam-se de atividades acessórias ao negócio como, por exemplo, auditoria, regulação, jurídico, financeiro, infraestrutura, suprimentos, recursos humanos, planejamento energético, planejamento e controle, etc.

O contrato tinha previsão de vigência de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014. Com o término da vigência, este contrato foi substituído pelo contrato apresentado no item (c) abaixo.

**Furnas Centrais Elétricas**

O contrato com vigência até 2018 tinha por objetivo a prestação de serviços de engenharia, de acompanhamento e análise do projeto básico e executivo, o acompanhamento das inspeções da obra e o acompanhamento do processo de comissionamento. O valor total dos serviços era de R\$2.723, faturados durante o período do contrato conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

O contrato com vigência até 2019 tem por objetivo a prestação de coordenação técnica e supervisão de engenharia. O valor total dos serviços é de R\$6.352 a serem faturados durante o período do contrato, conforme as medições executadas, atualizado anualmente pelo IPCA.

Os valores faturados neste contrato, por serem relacionados à construção da UHE São Manoel, foram registrados em contrapartida do Imobilizado em curso.

**EDP Comercialização e Serviços de Energia**

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de Pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato foi firmado pelo período de 60 meses contados a partir de 28 de outubro de 2019 com término em 27 de outubro de 2024. O valor total dos serviços contratado é de R\$2.565, a serem pagos em parcelas mensais de R\$43, atualizado anualmente pelo IPCA.

**(b) Debêntures:** Em 15 de agosto de 2016 a Companhia realizou sua 3ª emissão de debêntures no valor de R\$280.000, com remuneração de CDI + 4,35% a.a. e amortização de principal e pagamento de juros em parcela única no vencimento até 15 de dezembro de 2018. As controladoras em conjunto EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil adquiriram parte do montante total emitido correspondente ao percentual de suas participações societárias, ou seja, 33,334% e 33,333% respectivamente. Em 13 de setembro de 2018 as debêntures foram liquidadas antecipadamente com recursos provenientes da 4ª emissão de Debêntures (Nota 14).

**(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de Backoffice e Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

**(d) Contrato de prestação de serviços e infraestrutura:** O instrumento tinha por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. O contrato foi firmado pelo período de 48 meses contados a partir de 1º de maio de 2014 com término em 31 de maio de 2018. Com o término da vigência, este contrato foi substituído pelo contrato apresentado no item (c) acima.

**9.1 Controle conjunto**

A Companhia possui controle compartilhado entre: (i) a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.; (ii) China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation; e (iii) Furnas Centrais Elétricas S.A., sendo esta controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) (Nota 18.1).

**9.2 Remuneração dos administradores**

|                               | 2019                  |                           |                 |            | 2018                  |                           |                 |              |
|-------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------|------------|-----------------------|---------------------------|-----------------|--------------|
|                               | Diretoria Estatutária | Conselho da Administração | Conselho Fiscal | Total      | Diretoria Estatutária | Conselho da Administração | Conselho Fiscal | Total        |
| Remuneração (a)               | 413                   | 143                       | 89              | 645        | 771                   | 143                       | 89              | 1.003        |
| Benefícios de curto prazo (b) | 30                    |                           |                 | 30         | 55                    |                           |                 | 55           |
| Benefício pós emprego         |                       |                           |                 | -          | 54                    |                           |                 | 54           |
| <b>Total</b>                  | <b>443</b>            | <b>143</b>                | <b>89</b>       | <b>675</b> | <b>880</b>            | <b>143</b>                | <b>89</b>       | <b>1.112</b> |

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

**10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

|   | Nota | Circulante |              | Não circulante |              |
|---|------|------------|--------------|----------------|--------------|
|   |      | 31/12/2019 | 31/12/2018   | 31/12/2019     | 31/12/2018   |
| Outros créditos - Ativo                             |      |            |              |                |              |
| Devolução - Prêmio de seguro                        |      |            |              | 198            |              |
| Estoques  |      |            | 123          |                |              |
| Despesas pagas antecipadamente                      |      |            | 61           | 1.075          |              |
| Outros  |      |            | 31           | 45             | 1            |
| <b>Total</b>  |      |            | <b>215</b>   | <b>1.120</b>   | <b>199</b>   |
| Outras contas a pagar - Passivo                     |      |            |              |                |              |
| Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas | 9    |            |              | 19             | 307          |
| Obrigações sociais e trabalhistas                   | 10.1 |            | 1.836        | 2.569          |              |
| Encargos Setoriais                                  | 10.2 |            | 4.122        | 5.439          | 1.962        |
| Arrendamentos e aluguéis                            |      |            | 151          |                | 187          |
| Outros  |      |            | 284          | 277            | 1            |
| <b>Total</b>  |      |            | <b>6.393</b> | <b>8.304</b>   | <b>2.457</b> |

**10.1 Obrigações Sociais e Trabalhistas**

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

## 10.2 Encargos Setoriais

Do saldo Circulante e Não circulante em 31 de dezembro de 2019 de R\$6.084 (R\$5.576 em 31 de dezembro de 2018), R\$2.768 (R\$1.623 em 31 de dezembro de 2018) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

## 11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

### 11.1 Composição do imobilizado

|   | 31/12/2019                  |                  |                                  |                       | 31/12/2018       |                             |                  |                       |                  |
|---|-----------------------------|------------------|----------------------------------|-----------------------|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------|------------------|
|   | Taxa média de depreciação % | Custo histórico  | Reversão impairment (Nota 2.6.1) | Depreciação acumulada | Valor líquido    | Taxa média de depreciação % | Custo histórico  | Depreciação acumulada | Valor líquido    |
| Imobilizado em serviço                  |                             |                  |                                  |                       |                  |                             |                  |                       |                  |
| Geração                                 |                             |                  |                                  |                       |                  |                             |                  |                       |                  |
| Terrenos                                | 3,19                        | 39.052           |                                  | (2.462)               | 36.590           | 3,19                        | 35.736           | (1.137)               | 34.599           |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | 3,18                        | 1.036.702        | 33.060                           | (67.974)              | 1.001.788        | 3,18                        | 1.028.507        | (34.793)              | 993.714          |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 3,20                        | 1.152.745        | 39.112                           | (76.598)              | 1.115.259        | 3,20                        | 1.143.096        | (39.530)              | 1.103.566        |
| Máquinas e equipamentos                 | 3,35                        | 1.152.153        | 38.566                           | (74.290)              | 1.116.429        | 3,32                        | 1.156.740        | (36.375)              | 1.120.365        |
| Veículos                                | 14,29                       | 806              |                                  | (111)                 | 695              |                             |                  |                       | -                |
| Móveis e utensílios                     | 6,25                        | 1.288            |                                  | (80)                  | 1.208            | 6,25                        | 1.083            | (51)                  | 1.032            |
|   |                             | <u>3.382.746</u> | <u>110.738</u>                   | <u>(221.515)</u>      | <u>3.271.969</u> |                             | <u>3.365.162</u> | <u>(111.886)</u>      | <u>3.253.276</u> |
| Sistema de Transmissão e Conexão        |                             |                  |                                  |                       |                  |                             |                  |                       |                  |
| Máquinas e equipamentos                 | 3,18                        | 13.229           | 453                              | (877)                 | 12.805           | 3,18                        | 13.229           | (456)                 | 12.773           |
|   |                             | <u>13.229</u>    | <u>453</u>                       | <u>(877)</u>          | <u>12.805</u>    |                             | <u>13.229</u>    | <u>(456)</u>          | <u>12.773</u>    |
| Administração                           |                             |                  |                                  |                       |                  |                             |                  |                       |                  |
| Máquinas e equipamentos                 | 15,73                       | 641              |                                  | (217)                 | 424              | 16,17                       | 613              | (116)                 | 497              |
| Veículos                                | 14,29                       | 1.498            |                                  | (446)                 | 1.052            | 14,29                       | 1.953            | (302)                 | 1.651            |
| Móveis e utensílios                     | 6,25                        | 656              |                                  | (91)                  | 565              | 6,25                        | 656              | (50)                  | 606              |
|   |                             | <u>2.795</u>     | <u>-</u>                         | <u>(754)</u>          | <u>2.041</u>     |                             | <u>3.222</u>     | <u>(468)</u>          | <u>2.754</u>     |
| Total do Imobilizado em serviço         |                             | <u>3.398.770</u> | <u>111.191</u>                   | <u>(223.146)</u>      | <u>3.286.815</u> |                             | <u>3.381.613</u> | <u>(112.810)</u>      | <u>3.268.803</u> |
| Ativos de direito de uso                |                             |                  |                                  |                       |                  |                             |                  |                       |                  |
| Terrenos                                |                             |                  |                                  |                       |                  |                             |                  |                       |                  |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 31,47                       | 391              |                                  | (123)                 | 268              | 268                         | -                | -                     | -                |
| Total Ativos de direito de uso          |                             | <u>391</u>       | <u>-</u>                         | <u>(123)</u>          | <u>268</u>       | 268                         | -                | -                     | -                |
| Imobilizado em curso                    |                             |                  |                                  |                       |                  |                             |                  |                       |                  |
| Geração                                 |                             | 6.111            |                                  |                       | 6.111            | 6.111                       | 5.201            |                       | 5.201            |
| Administração                           |                             | 156              |                                  |                       | 156              | 156                         | 394              |                       | 394              |
| Total do imobilizado em curso           |                             | <u>6.267</u>     | <u>-</u>                         | <u>-</u>              | <u>6.267</u>     | 6.267                       | <u>5.595</u>     | <u>-</u>              | <u>5.595</u>     |
| Total imobilizado                       |                             | <u>3.405.428</u> | <u>111.191</u>                   | <u>(223.269)</u>      | <u>3.293.350</u> | 6.267                       | <u>3.387.208</u> | <u>(112.810)</u>      | <u>3.274.398</u> |

## 11.2 Movimentação do imobilizado

|   | Valor líquido em 31/12/2018 | Adoção inicial CPC 06 (R2) | Ingressos | Transf. para imobilizado em serviço | Depreciação | Baixas | Redução no valor recuperável (Nota 2.6.1) | Reclassificação | Valor líquido em 31/12/2019 |
|---|-----------------------------|----------------------------|-----------|-------------------------------------|-------------|--------|---|-----------------|-----------------------------|
| Imobilizado em serviço                  |                             |                            |           |                                     |             |        |   |                 |                             |
| Terrenos                                | 34.599                      |                            |           | 3.317                               | (1.326)     |        |   |                 | 36.590                      |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | 993.714                     |                            |           | 8.195                               | (33.181)    |        | 33.060                                    |                 | 1.001.788                   |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.103.566                   |                            |           | 9.649                               | (37.068)    |        | 39.112                                    |                 | 1.115.259                   |
| Máquinas e equipamentos                 | 1.133.635                   |                            |           | (4.560)                             | (38.436)    |        | 39.019                                    |                 | 1.129.658                   |
| Veículos                                | 1.651                       |                            |           | 806                                 | (347)       | (363)  |   |                 | 1.747                       |
| Móveis e utensílios                     | 1.638                       |                            |           | 205                                 | (70)        |        |   |                 | 1.773                       |
| Total do imobilizado em serviço         | 3.268.803                   | -                          | -         | 17.612                              | (110.428)   | (363)  | 111.191                                   | -               | 3.286.815                   |
| Ativos de direito de uso                |                             |                            |           |                                     |             |        |   |                 |                             |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | -                           | 391                        |           |                                     | (123)       |        |   |                 | 268                         |
| Total Ativos de direito de uso          | -                           | 391                        | -         | -                                   | (123)       | -      | -   | -               | 268                         |
| Imobilizado em curso                    |                             |                            |           |                                     |             |        |   |                 |                             |
| Terrenos                                | -                           |                            | 3.317     | (3.317)                             |             |        |   |                 | -                           |
| Reservatórios, barragens e adutoras     | -                           |                            | 7.575     | (8.195)                             |             |        |   | 769             | 149                         |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | -                           |                            | 2.272     | (9.649)                             |             |        |   | 7.377           | -                           |
| Máquinas e equipamentos                 | 39                          |                            | 1.812     | 4.560                               |             |        |   | (6.255)         | 156                         |
| Adiantamento a fornecedores             | -                           |                            |           |                                     |             |        |   | 736             | 736                         |
| A ratear                                | -                           |                            | 2.249     |                                     |             |        |   | (2.249)         | -                           |
| Outros                                  | 5.556                       |                            | 1.059     | (1.011)                             |             |        |   | (378)           | 5.226                       |
| Total do imobilizado em curso           | 5.595                       | -                          | 18.284    | (17.612)                            | -           | -      | -   | -               | 6.267                       |
| Total do imobilizado                    | 3.274.398                   | 391                        | 18.284    | -                                   | (110.551)   | (363)  | 111.191                                   | -               | 3.293.350                   |

## 12 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### 12.1 Composição do intangível

|   | 31/12/2019                  |                 |                       |               | 31/12/2018                  |                 |                       |               |
|---|-----------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
|   | Taxa média de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxa média de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Intangível em serviço                           |                             |                 |                       |               |                             |                 |                       |               |
| Geração   |                             |                 |                       |               |                             |                 |                       |               |
| Direito de concessão - Licenças ambientais      | 26,16                       | 65.359          | (36.858)              | 28.501        | 27,27                       | 68.547          | (18.694)              | 49.853        |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP | 3,18                        | 46.813          | (3.103)               | 43.710        | 3,18                        | 46.813          | (1.614)               | 45.199        |
|   |                             | 112.172         | (39.961)              | 72.211        |                             | 115.360         | (20.308)              | 95.052        |
| Administração                                   |                             |                 |                       |               |                             |                 |                       |               |
| Software  | 20,00                       | 316             | (126)                 | 190           | 20,00                       | 297             | (64)                  | 233           |
|   |                             | 316             | (126)                 | 190           |                             | 297             | (64)                  | 233           |
| Total do intangível em serviço                  |                             | 112.488         | (40.087)              | 72.401        |                             | 115.657         | (20.372)              | 95.285        |
| Intangível em curso                             |                             |                 |                       |               |                             |                 |                       |               |
| Geração   |                             | 404             |                       | 404           |                             | 395             |                       | 395           |
| Administração                                   |                             | 36              |                       | 36            |                             | 52              |                       | 52            |
| Total do intangível em curso                    |                             | 440             | -                     | 440           |                             | 447             | -                     | 447           |
| Total do Intangível                             |                             | 112.928         | (40.087)              | 72.841        |                             | 116.104         | (20.372)              | 95.732        |

### 12.2 Movimentação do intangível

|   | Nota   | Valor líquido em | Ingressos | Transferên-                    | Amortização | Baixas  | Valor                 |
|---|--------|------------------|-----------|--------------------------------|-------------|---------|-----------------------|
|   |        | 31/12/2018       |           | cia para intangível em serviço |             |         | líquido em 31/12/2019 |
| Intangível em serviço                           |        |                  |           |                                |             |         |                       |
| Software  |        | 233              |           | 19                             | (62)        |         | 190                   |
| Direito de concessão - Licenças ambientais      |        | 49.853           |           | (3.187)                        | (18.165)    |         | 28.501                |
| Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP | 12.2.1 | 45.199           |           | (1.489)                        | (1.489)     |         | 43.710                |
| Total do intangível em serviço                  |        | 95.285           | -         | (3.168)                        | (19.716)    | -       | 72.401                |
| Intangível em curso                             |        |                  |           |                                |             |         |                       |
| Outros intangíveis em curso                     |        | 447              | 12        | 3.168                          |             | (3.187) | 440                   |
| Total do Intangível em curso                    |        | 447              | 12        | 3.168                          | -           | (3.187) | 440                   |
| Total do intangível                             |        | 95.732           | 12        | -                              | (19.716)    | (3.187) | 72.841                |

#### 12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE São Manoel. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 16) e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização será pelo prazo remanescente do contrato de concessão a partir da data de entrada em operação (Nota 1.1.1).

## 13 Fornecedores

|                                  | Circulante |            |
|----------------------------------|------------|------------|
|                                  | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Suprimento de energia elétrica   | 1.045      | 6.027      |
| Encargos de uso da rede elétrica | 8.840      | 8.353      |
| Materiais e serviços             | 9.908      | 18.968     |
| Total                            | 19.793     | 33.348     |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

**Notas explicativas**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**  
**(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**



**14 Debêntures**  
**14.1 Composição do saldo de Debêntures**

| Agente fiduciário   | Tipo de emissão         | Quantidade de títulos | Valor unitário | Valor total | Data da emissão          | Vigência do contrato    | Finalidade  | Custo da dívida | Forma de pagamento           | Garantias   | 31/12/2019 |            |                |          | 31/12/2018 |            |                |          |
|---|-------------------------|-----------------------|----------------|-------------|--------------------------|-------------------------|---|-----------------|------------------------------|---|------------|------------|----------------|----------|------------|------------|----------------|----------|
|   |                         |                       |                |             |                          |                         |   |                 |                              |   | Encargos   |            | Principal      |          | Encargos   |            | Principal      |          |
|   |                         |                       |                |             |                          |                         |   |                 |                              |   | Circulante | Circulante | Não circulante | Total    | Circulante | Circulante | Não circulante | Total    |
| Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários | Instrução CVM nº 476/09 | 340.000               | 1              | 340.000     | 4ª emissão em 15/08/2018 | 15/08/2018 a 15/06/2033 | Investimento / Reembolsos de gastos na UHE São Manoel | IPCA + 7,3129%  | Principal e juros semestrais | a. Fianças Corporativas da EDP - Energias do Brasil e CTG Brasil, referentes às suas participações;<br>b. Fiança Bancária, referente à participação de Furnas; c. Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios do Projeto. | 2.804      | 28.009     | 310.782        | 341.595  | 7.367      | 18.835     | 323.613        | 349.815  |
| (-) Custos de emissão   |                         |                       |                | 23.191      |                          | 15/08/2018 a 15/06/2033 |   |                 | Amortização mensal           |   |            | (2.656)    | (16.756)       | (19.412) |            | (2.823)    | (19.411)       | (22.234) |
| Total   |                         |                       |                |             |                          |                         |   |                 |                              |   | 2.804      | 25.353     | 294.026        | 322.183  | 7.367      | 16.012     | 304.202        | 327.581  |

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. O valor total referente as garantias das debêntures mencionadas acima é de R\$341.595 em 31 de dezembro de 2019 (R\$349.815 em 31 de dezembro de 2018).

## 14.2 Movimentação das debêntures

|                       | Valor líquido em 31/12/2018 | Pagamentos      | Juros provisionados | Juros integralizados | Transferência   | Amortização do custo de transação | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2019 |
|-----------------------|-----------------------------|-----------------|---------------------|----------------------|-----------------|-----------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| <b>Circulante</b>     |                             |                 |                     |                      |                 |                                   |                              |                             |
| Principal             | 18.835                      | (19.690)        |                     | 362                  | 27.961          |                                   | 541                          | 28.009                      |
| Juros                 | 7.367                       | (25.245)        | 25.106              | (6.632)              |                 |                                   | 2.208                        | 2.804                       |
| Custo de transação    | (2.823)                     |                 |                     |                      | (2.655)         | 2.822                             |                              | (2.656)                     |
|                       | <u>23.379</u>               | <u>(44.935)</u> | <u>25.106</u>       | <u>(6.270)</u>       | <u>25.306</u>   | <u>2.822</u>                      | <u>2.749</u>                 | <u>28.157</u>               |
| <b>Não circulante</b> |                             |                 |                     |                      |                 |                                   |                              |                             |
| Principal             | 323.613                     |                 |                     | 6.270                | (27.961)        |                                   | 8.860                        | 310.782                     |
| Custo de transação    | (19.411)                    |                 |                     |                      | 2.655           |                                   |                              | (16.756)                    |
|                       | <u>304.202</u>              | <u>-</u>        | <u>-</u>            | <u>6.270</u>         | <u>(25.306)</u> | <u>-</u>                          | <u>8.860</u>                 | <u>294.026</u>              |

## 14.3 Vencimento das parcelas

| Vencimento            |                |
|-----------------------|----------------|
| <b>Circulante</b>     |                |
| 2020                  | 28.157         |
|                       | <u>28.157</u>  |
| <b>Não Circulante</b> |                |
| 2021                  | 28.408         |
| 2022                  | 28.517         |
| 2023                  | 8.418          |
| 2024                  | 20.914         |
| 2025 até 2029         | 107.479        |
| 2030 até 2034         | 100.290        |
|                       | <u>294.026</u> |
| Total                 | <u>322.183</u> |

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

- (i) Dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiadoras;
- (ii) Pedido de autofalência, pedido de falência formulado por terceiros e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado de boa fé no prazo legal, decretação de falência ou, ainda, o requerimento pela Emissora e/ou pelas Fiadoras de qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável;
- (iii) Inadimplemento, não sanado no respectivo prazo de cura, de quaisquer obrigações pecuniárias em quaisquer contratos financeiros ou instrumentos representativos de dívida celebrados no mercado financeiro ou de capitais pela Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000, ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (iv) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique a alteração do seu controle acionário atual, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto no caso de mudança do controle direto da Emissora quando: (a) tal mudança ocorrer entre sociedades igualmente controladas, direta ou indiretamente, pelas respectivas Fiadoras; e (b) como resultado de tal mudança, as Fiadoras permaneçam com o percentual de participação, direta ou indireta, no capital social da Emissora em valor idêntico às suas respectivas participações direta ou indireta das Fiadoras na Data de Emissão;
- (v) Cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária: (a) da EDP - Energias do Brasil que implique a alteração do seu atual controle acionário direto; e/ou (b) da CTG Brasil e/ou Eletrobras que implique a alteração do seu atual controle acionário, direto ou indireto, exceto quando a operação for objeto de aprovação prévia dos Debenturistas;
- (vi) Assunção de novas dívidas pela Emissora por meio da contratação de empréstimos, financiamentos ou adiantamentos junto às Acionistas ou a quaisquer terceiros, incluindo a emissão de títulos e valores mobiliários, exceto: (a) mediante prévia aprovação dos Debenturistas; ou (b) por dívidas destinadas a contratação de capital de giro para suprir necessidades pontuais e extraordinárias da Emissora, limitado ao valor máximo individual ou agregado de R\$75.000;
- (vii) Resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Emissora, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, pagamento de juros sobre capital próprio, distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório ou a realização de quaisquer outros pagamentos pela Emissora a seus acionistas diretos ou indiretos, sem a prévia aprovação dos Debenturistas, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes desta Escritura e dos Contratos de Garantia Real e tenha comprovado as exigências conforme a Escritura;
- (viii) Protestos de títulos em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$75.000, contra a Emissora, salvo se, no prazo de 30 dias contados da data de recebimento de notificação pela Emissora, e a mesma comprovar que: (a) o protesto foi cancelado ou susgado; (b) realizado por erro ou má-fé de terceiro; ou (c) ilegítimo; e/ou (d) foram apresentadas garantias em juízo; e
- (ix) Caso o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida - ICSD, apurado anualmente a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019, seja inferior a 1,20 por três anos consecutivos ou por 4 anos intercalados.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

| Moeda nacional                        | Valor contratado | Data da contratação | Valor liberado | Vigência do contrato    | Utilização   | Covenants  | Custo da dívida | Forma de pagamento                                | Garantias  | 31/12/2019 |            |                |           | 31/12/2018 |            |                |           |
|---------------------------------------|------------------|---------------------|----------------|-------------------------|--|--|-----------------|---|--|------------|------------|----------------|-----------|------------|------------|----------------|-----------|
|                                       |                  |                     |                |                         |  |  |                 |   |  | Encargos   |            | Principal      |           | Encargos   |            | Principal      |           |
|                                       |                  |                     |                |                         |  |  |                 |   |  | Circulante | Circulante | Não circulante | Total     | Circulante | Circulante | Não circulante | Total     |
| BNDES FINEM                           | 1.316.632        | 11/08/2016          | 1.313.579      | 11/08/2016 a 15/12/2038 | Implementação do projeto de construção da UHE São Manoel | a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio.<br>b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20%, apurado anualmente em 31 de dezembro, a ser entregue junto com as demonstrações de resultado, até o 1º dia útil de maio. | TJLP + 2,88%    | Principal e Juros mensais a partir de 15/01/2019. | a. Penhor de Ações;<br>b. Cessão Fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios;<br>c. Cessão Fiduciária dos direitos creditórios de Furnas; e<br>d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e da Eletrobras (solidária à participação de Furnas) e Fiança Bancária da CTG Brasil, proporcionais às suas participações. | 5.568      | 85.154     | 1.478.044      | 1.568.766 | 5.260      | 79.360     | 1.507.838      | 1.592.458 |
| (-) BNDES FINEM - Custos de Transação |                  |                     | (28.136)       | 11/08/2016 a 15/12/2038 |  |  |                 |   |  |            | (2.190)    | (19.342)       | (21.532)  |            | (2.306)    | (21.532)       | (23.838)  |
| Total                                 |                  |                     |                |                         |  |  |                 |   |  | 5.568      | 82.964     | 1.458.702      | 1.547.234 | 5.260      | 77.054     | 1.486.306      | 1.568.620 |

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$1.568.766 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.592.458 em 31 de dezembro de 2018).

## 15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

|                       | Valor líquido em 31/12/2018 | Ingressos    | Pagamentos       | Juros provisionados | Juros integralizados | Transferência   | Amortização do custo de transação | Variação monetária e cambial | Valor líquido em 31/12/2019 |
|-----------------------|-----------------------------|--------------|------------------|---------------------|----------------------|-----------------|-----------------------------------|------------------------------|-----------------------------|
| <b>Circulante</b>     |                             |              |                  |                     |                      |                 |                                   |                              |                             |
| Principal             | 79.360                      | 136          | (36.058)         |                     | 4.096                | 41.157          |                                   | (3.537)                      | 85.154                      |
| Juros                 | 5.260                       |              | (129.060)        | 133.448             | (4.096)              |                 |                                   | 16                           | 5.568                       |
| Custo de transação    | (2.306)                     |              |                  |                     |                      | (2.190)         | 2.306                             |                              | (2.190)                     |
|                       | <u>82.314</u>               | <u>136</u>   | <u>(165.118)</u> | <u>133.448</u>      | <u>-</u>             | <u>38.967</u>   | <u>2.306</u>                      | <u>(3.521)</u>               | <u>88.532</u>               |
| <b>Não circulante</b> |                             |              |                  |                     |                      |                 |                                   |                              |                             |
| Principal             | 1.507.838                   | 2.973        |                  |                     |                      | (41.157)        |                                   | 8.390                        | 1.478.044                   |
| Custo de transação    | (21.532)                    |              |                  |                     |                      | 2.190           |                                   |                              | (19.342)                    |
|                       | <u>1.486.306</u>            | <u>2.973</u> | <u>-</u>         | <u>-</u>            | <u>-</u>             | <u>(38.967)</u> | <u>-</u>                          | <u>8.390</u>                 | <u>1.458.702</u>            |

## 15.3 Vencimento das parcelas

| Vencimento            |                  |
|-----------------------|------------------|
| <b>Circulante</b>     |                  |
| 2020                  | 88.532           |
|                       | <u>88.532</u>    |
| <b>Não Circulante</b> |                  |
| 2021                  | 78.762           |
| 2022                  | 78.879           |
| 2023                  | 78.995           |
| 2024 até 2028         | 396.734          |
| 2029 até 2033         | 479.976          |
| 2034 até 2038         | 345.356          |
|                       | <u>1.458.702</u> |
| Total                 | <u>1.547.234</u> |

## 16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

|                       | Saldo em 31/12/2018 | Ajuste a Valor Presente | Encargos e atualizações monetárias | Pagamentos     | Transferência  | Saldo em 31/12/2019 |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|------------------------------------|----------------|----------------|---------------------|
| <b>Circulante</b>     |                     |                         |                                    |                |                |                     |
| Uso do bem público    | 3.623               | 16                      | 48                                 | (3.757)        | 3.832          | 3.762               |
|                       | <u>3.623</u>        | <u>16</u>               | <u>48</u>                          | <u>(3.757)</u> | <u>3.832</u>   | <u>3.762</u>        |
| <b>Não circulante</b> |                     |                         |                                    |                |                |                     |
| Uso do bem público    | 44.605              | 1.473                   | 3.552                              |                | (3.832)        | 45.798              |
|                       | <u>44.605</u>       | <u>1.473</u>            | <u>3.552</u>                       | <u>-</u>       | <u>(3.832)</u> | <u>45.798</u>       |

## 17 Provisões

|  | Nota | Circulante    |               | Não circulante |               |
|--|------|---------------|---------------|----------------|---------------|
|  |      | 31/12/2019    | 31/12/2018    | 31/12/2019     | 31/12/2018    |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas | 17.2 |               |               | 7.997          | 1             |
| Licenças ambientais                      | 17.1 | 16.430        | 22.257        | 16.977         | 30.607        |
| Total                                    |      | <u>16.430</u> | <u>22.257</u> | <u>24.974</u>  | <u>30.608</u> |

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

### 17.1 Licenças ambientais

O montante Circulante e Não circulante de R\$33.407 (R\$52.864 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévia, de instalação e de operação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Em 9 de setembro de 2017 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Operação - LO nº 1.404/2017, que autoriza a Companhia a operar a UHE São Manoel. A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e serão depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Os custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O total provisionado está representado pelos valores do meio físico e socioambiental destacando os montantes decorrentes do PBA originário na Licença de Instalação - LI (R\$21.631) que constam, entre outros, obras sociais e de infraestrutura (R\$6.695) e o programa de gerenciamento ambiental (R\$5.081).

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

|                            | Saldo em 31/12/2018 | Adições      | Pagamentos      | Atualização monetária | Transferência | AVP            | Reversão       | Saldo em 31/12/2019 |
|----------------------------|---------------------|--------------|-----------------|-----------------------|---------------|----------------|----------------|---------------------|
| <b>Licenças ambientais</b> |                     |              |                 |                       |               |                |                |                     |
| Circulante                 | 22.257              | 8.641        | (22.702)        | 1.623                 | 6.436         | 175            |                | 16.430              |
| Não circulante             | 30.607              |              |                 | 2.013                 | (6.436)       | (6.020)        | (3.187)        | 16.977              |
| <b>Total</b>               | <b>52.864</b>       | <b>8.641</b> | <b>(22.702)</b> | <b>3.636</b>          | <b>-</b>      | <b>(5.845)</b> | <b>(3.187)</b> | <b>33.407</b>       |

A reversão de R\$3.187 refere-se a revisão de estimativa para gastos com condicionantes ambientais que é realizado periodicamente pela Companhia (Nota 2.4).

## 17.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

### 17.2.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

|                             | Nota     | Passivo             |               |                |                         |                     |
|-----------------------------|----------|---------------------|---------------|----------------|-------------------------|---------------------|
|                             |          | Saldo em 31/12/2018 | Constituição  | Reversões      | Atualizações monetárias | Saldo em 31/12/2019 |
| Trabalhistas                | 17.2.1.1 | 1                   | 12.118        | (5.638)        | 965                     | 7.446               |
| Outros                      |          | -                   | 708           | (157)          |                         | 551                 |
| <b>Total Não circulante</b> |          | <b>1</b>            | <b>12.826</b> | <b>(5.795)</b> | <b>965</b>              | <b>7.997</b>        |

### 17.2.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial e indenização por danos morais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho de responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços de construção da usina.

### 17.2.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

|              | Ativo             |              |              |              |
|--------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
|              | Depósito judicial |              |              |              |
|              | 31/12/2019        | 31/12/2018   | 31/12/2019   | 31/12/2018   |
| Trabalhistas | 16.007            | 95           |              |              |
| Cíveis       | 3.011             | 3.149        | 3            | 328          |
| Fiscais      | 2.955             | 2.683        | 2.360        | 2.235        |
| <b>Total</b> | <b>21.973</b>     | <b>5.927</b> | <b>2.363</b> | <b>2.563</b> |

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a Companhia é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação, o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela Companhia para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

### 17.2.2.1 Trabalhistas

Das ações mencionados na Nota 17.2.1.1, parte refere-se a ações cuja probabilidade de perda é possível.

## 18 Patrimônio líquido

### 18.1 Capital social

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.409.974 (R\$2.351.974 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 2.409.975.002 (2.351.975.002 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.409.975 (R\$2.351.975 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor a integralizar, em ambos os exercícios, de R\$1.

Durante o exercício foram realizados os seguintes aumentos de Capital social:

| Data da integralização  | Ato societário   | EDP - Energias do Brasil S.A. |               | China Three Gorges Brasil Energias Ltda. |               | Furnas Centrais Elétricas S.A. |               | Total               |               |
|-------------------------|------------------|-------------------------------|---------------|--|---------------|--------------------------------|---------------|---------------------|---------------|
|                         |                  | Quantidade de ações           | R\$           | Quantidade de ações                      | R\$           | Quantidade de ações            | R\$           | Quantidade de ações | R\$           |
| 08 de fevereiro de 2019 | RCA - 10/12/2018 | 3.000.060                     | 3.000         | 2.999.970                                | 3.000         | 2.999.970                      | 3.000         | 9.000.000           | 9.000         |
| 16 de dezembro de 2019  | RCA - 28/10/2019 | 16.333.660                    | 16.334        | 16.333.170                               | 16.333        | 16.333.170                     | 16.333        | 49.000.000          | 49.000        |
| <b>Total</b>            |                  | <b>19.333.720</b>             | <b>19.334</b> | <b>19.333.140</b>                        | <b>19.333</b> | <b>19.333.140</b>              | <b>19.333</b> | <b>58.000.000</b>   | <b>58.000</b> |

Foram emitidas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de R\$1,00 por ação, integralizadas na proporção que cada acionista detém no capital social da Companhia.

O aumento de Capital social foi efetivado na respectiva data de repasse e a posição do mesmo, após a integralização, é a seguinte:

| Acionista                                | Percentual de participação | Ações ordinárias     |
|--|----------------------------|----------------------|
| EDP - Energias do Brasil S.A.            | 33,334%                    | 803.341.068          |
| China Three Gorges Brasil Energias Ltda. | 33,333%                    | 803.316.967          |
| Furnas Centrais Elétricas S.A.           | 33,333%                    | 803.316.967          |
| <b>Total</b>                             | <b>100,000%</b>            | <b>2.409.975.002</b> |

## Notas explicativas

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

#### 19 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

| Nota  | MWh (*) |                  | R\$              |                |                |
|---|---------|------------------|------------------|----------------|----------------|
|   | 2019    | 2018             | 2019             | 2018           |                |
| Suprimento de energia elétrica                                      | 19.1    | 3.458.001        | 3.066.689        | 417.035        | 360.649        |
| Energia de curto prazo  | 19.1    | 118.253          | 159.809          | 30.113         | 24.633         |
| (-) Receitas capitalizadas  | 19.2    |                  | (136.206)        |                | (20.583)       |
| <b>Receita operacional bruta</b>                                    |         | <b>3.576.254</b> | <b>3.090.292</b> | <b>447.148</b> | <b>364.699</b> |
| (-) Deduções à receita operacional                                  |         |                  |                  |                |                |
| PIS/COFINS  |         |                  |                  | (41.361)       | (35.639)       |
| (-) Tributos capitalizados  |         |                  |                  |                | 1.904          |
| P&D   |         |                  |                  | (3.752)        | (3.132)        |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH |         |                  |                  | (17.364)       | (10.946)       |
| Outros encargos   |         |                  |                  | (2.172)        | (1.594)        |
|   |         |                  |                  | (23.288)       | (15.672)       |
|   |         |                  |                  | (64.649)       | (49.407)       |
| <b>Receitas</b>   |         | <b>3.576.254</b> | <b>3.090.292</b> | <b>382.499</b> | <b>315.292</b> |

(\*) Não auditado pelos auditores independentes.

#### 19.1 Suprimento de energia elétrica

No ano de 2018, ocorreu gradualmente a entrada em operação comercial (Nota 1.1). Com isso, até o mês de abril de 2018, a Companhia vendeu energia em contratos bilaterais e a partir de maio de 2018 iniciou as vendas para os contratos CCEAR.

#### 19.2 Receitas capitalizadas

São relativas à energia fornecida na rede básica durante o período de testes das unidades geradoras em 2018 e que foram capitalizadas ao Imobilizado (Nota 11). De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, os custos com testes para verificar se um ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido enquanto se coloca o ativo em plena operação, são custos diretamente atribuíveis ao ativo imobilizado.

#### 20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

| 2019   |        |                      |                |                          |                  |                |
|--|--------|----------------------|----------------|--------------------------|------------------|----------------|
|  | Nota   | Custo do serviço     |                | Despesas operacionais    |                  | Total          |
|  |        | Com energia elétrica | De operação    | Gerais e administrativas | Outras           |                |
| Energia elétrica comprada para revenda                     |        | 98.384               |                |                          |                  | 98.384         |
| Encargos de uso da rede elétrica                           |        | 72.355               |                |                          |                  | 72.355         |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | 20.2   |                      | 7.066          | 1.897                    |                  | 8.963          |
| Material   |        |                      | 506            | 62                       |                  | 568            |
| Serviços de terceiros                                      | 20.3   |                      | 17.205         | 1.566                    |                  | 18.771         |
| Depreciação - Imobilizado em serviço                       |        |                      | 110.238        | 30                       |                  | 110.268        |
| Depreciação - Ativos de direito de uso                     |        |                      |                | 123                      |                  | 123            |
| Amortização  |        |                      | 19.716         |                          |                  | 19.716         |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas                   | 17.2.1 |                      |                |                          | 943              | 943            |
| Arrendamentos e aluguéis                                   |        |                      | 58             | 123                      |                  | 181            |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens         |        |                      |                |                          | 113              | 113            |
| Provisão para perda no valor recuperável dos ativos        | 2.6.1  |                      |                |                          | (111.191)        | (111.191)      |
| Outras   |        | 302                  | 7.532          | 410                      |                  | 8.244          |
| <b>Total</b>   |        | <b>171.041</b>       | <b>162.321</b> | <b>4.211</b>             | <b>(110.135)</b> | <b>227.438</b> |

| 2018   |      |                      |                |                          |            |                |
|--|------|----------------------|----------------|--------------------------|------------|----------------|
|  | Nota | Custo do serviço     |                | Despesas operacionais    |            | Total          |
|  |      | Com energia elétrica | De operação    | Gerais e administrativas | Outras     |                |
| Energia elétrica comprada para revenda (Nota 17.1)                     |      | 70.380               |                |                          |            | 70.380         |
| Encargos de uso da rede elétrica                                       |      | 61.273               |                |                          |            | 61.273         |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada (Nota 20.2) |      |                      | 7.449          | 2.735                    |            | 10.184         |
| Material   |      |                      | 665            | 189                      |            | 854            |
| Serviços de terceiros (Nota 20.3)                                      |      |                      | 6.809          | 3.146                    |            | 9.955          |
| Depreciação - Imobilizado em serviço                                   |      |                      | 105.559        | 53                       |            | 105.612        |
| Depreciação - Ativos de direito de uso                                 |      |                      | 20.249         |                          |            | 20.249         |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas                               |      |                      |                |                          | 1          | 1              |
| Arrendamentos e aluguéis   |      |                      | 32             | 155                      |            | 187            |
| Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens                     |      |                      |                |                          | (4)        | (4)            |
| Outras   |      | 88                   | 10.682         | 164                      |            | 10.934         |
| <b>Total</b>   |      | <b>131.741</b>       | <b>151.445</b> | <b>6.442</b>             | <b>(3)</b> | <b>289.625</b> |

## 20.1 Energia elétrica comprada para revenda

|   | Nota   | 2019          | 2018          |
|---|--------|---------------|---------------|
| Contratos de compra de energia por quantidade | 20.1.1 | 60.621        | 36.851        |
| Energia de curto prazo                        | 20.1.2 | 102.936       | 150.810       |
| Outros  |        | 10.852        | 8.772         |
| (-) Ressarcimentos CCEE                       | 20.1.2 | (65.998)      | (119.271)     |
| (-) Créditos de PIS/COFINS                    |        | (10.027)      | (6.782)       |
| <b>Total</b>                                  |        | <b>98.384</b> | <b>70.380</b> |

### 20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE.

### 20.1.2 Energia de curto prazo e Ressarcimentos CCEE

A redução do ressarcimento CCEE deve-se a variação do PLD médio acumulado, que no exercício de 2018 foi de R\$285,68 devido ao cenário escassez de chuvas com usinas termoeletricas sendo despachadas, enquanto no exercício de 2019 em decorrência do aumento das chuvas, de PLD médio acumulado foi de R\$194,10, como estratégia de mitigação de risco do GSF.

## 20.2 Pessoal e Administradores

|  | 2019         | 2018          |
|--|--------------|---------------|
| <b>Pessoal</b>                             |              |               |
| Remuneração                                | 4.478        | 3.639         |
| Encargos                                   | 1.510        | 1.912         |
| Despesas rescisórias                       | 220          | 2.377         |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | 383          | 612           |
| Outros benefícios - Corrente               | 1.526        | 754           |
| Outros                                     | 108          | 12            |
|  | <b>8.225</b> | <b>9.306</b>  |
| <b>Administradores</b>                     |              |               |
| Honorários e encargos                      | 722          | 824           |
| Benefícios dos administradores             | 16           | 54            |
|  | <b>738</b>   | <b>878</b>    |
|  | <b>8.963</b> | <b>10.184</b> |

### 20.3 Serviços de terceiros

|                                      | 2019          | 2018         |
|--------------------------------------|---------------|--------------|
| Serviços de consultoria              | 835           | 1.310        |
| Serviços de manutenção               | 6.761         | 3.900        |
| Serviços de limpeza e vigilância     | 4.176         | 39           |
| Serviços ambientais                  | 1.754         |              |
| Serviços de informática              | 800           | 753          |
| Serviços de publicação e publicidade | 297           | 212          |
| Serviços de telecomunicações         | 75            | 67           |
| Serviços de transporte               | 552           | 579          |
| Outros                               | 3.521         | 3.095        |
|                                      | <u>18.771</u> | <u>9.955</u> |

### 21 Resultado financeiro

|   | Nota   | 2019             | 2018             |
|---|--------|------------------|------------------|
| <b>Receitas financeiras</b>               |        |                  |                  |
| Juros e variações monetárias              |        |                  |                  |
| Renda de aplicações financeiras e cauções |        | 8.356            | 6.683            |
| Energia vendida                           |        | 1.233            | 2.810            |
| Depósitos judiciais                       | 8      | 136              | 135              |
| Juros e multa sobre tributos              | 6      | 446              | 277              |
| Outros juros e variações monetárias       |        | 2.209            |                  |
| (-) Juros capitalizados                   |        |                  | (512)            |
| (-) Tributos sobre Receitas financeiras   |        | (530)            | (997)            |
| Outras receitas financeiras               |        | 274              | 203              |
|   |        | <u>12.124</u>    | <u>8.599</u>     |
| <b>Despesas financeiras</b>               |        |                  |                  |
| Encargos de dívida                        |        |                  |                  |
| Empréstimos e financiamentos              | 15.2   | (140.623)        | (141.045)        |
| Debêntures                                | 14.2   | (39.537)         | (37.840)         |
| (-) Juros capitalizados                   | 11.2   |                  | 12.522           |
| Juros e variações monetárias              |        |                  |                  |
| Juros e multa sobre tributos              |        | (3)              |                  |
| Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas  | 17.2.1 | (965)            |                  |
| Atualização monetária uso do bem público  |        | (5.089)          | (5.027)          |
| Arrendamentos e aluguéis                  |        | (65)             |                  |
| Outros juros e variações monetárias       |        |                  | (8.458)          |
| Outras despesas financeiras               |        | (873)            | (547)            |
|   |        | <u>(187.155)</u> | <u>(180.395)</u> |
|   |        | <u>(175.031)</u> | <u>(171.796)</u> |

### 22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

|   | Nota | 2019         | 2018          |
|---|------|--------------|---------------|
| <b>Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro</b>  |      |              |               |
| Aliquota  |      | (19.970)     | (146.129)     |
| IRPJ e CSLL                                       |      | 34%          | 34%           |
|   |      | <u>6.790</u> | <u>49.684</u> |
| <b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>   |      |              |               |
| IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes |      | (36)         | (34)          |
| Resultado de IRPJ e CSLL                          |      | 6.754        | 49.650        |
| Aliquota efetiva                                  |      | 34%          | 34%           |

### 23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

|  | 2019             | 2018             |
|--|------------------|------------------|
| Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas | (13.216)         | (96.479)         |
| Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)      | 2.360.225        | 2.307.975        |
| Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)        | <u>(0,00560)</u> | <u>(0,04180)</u> |

## 24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

### 24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

#### 24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

| Nota   | Níveis | Valor justo |                  | Valor contábil   |                  |                  |
|--|--------|-------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  |        | 31/12/2019  | 31/12/2018       | 31/12/2019       | 31/12/2018       |                  |
| <b>Ativos Financeiros</b>                              |        |             |                  |                  |                  |                  |
| <b>Valor justo por meio do resultado</b>               |        |             |                  |                  |                  |                  |
| <b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>   |        |             |                  |                  |                  |                  |
| Caixa e Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras | 4      | Nível 2     | 112.149          | 40.937           | 112.149          | 40.937           |
|  |        |             | <u>112.149</u>   | <u>40.937</u>    | <u>112.149</u>   | <u>40.937</u>    |
| <b>Custo amortizado</b>                                |        |             |                  |                  |                  |                  |
| Caixa e Equivalentes de caixa - Bancos conta movimento | 4      | Nível 2     | 786              | 4.206            | 786              | 4.206            |
| Concessionárias  | 5      | Nível 2     | 50.758           | 57.376           | 50.758           | 57.376           |
| Cauções  | 8      | Nível 2     | 80.195           | 131.524          | 80.195           | 131.524          |
| Outros créditos - Partes relacionadas                  | 9      |             | 198              |                  | 198              |                  |
|  |        |             | <u>131.937</u>   | <u>193.106</u>   | <u>131.937</u>   | <u>193.106</u>   |
|  |        |             | <u>244.086</u>   | <u>234.043</u>   | <u>244.086</u>   | <u>234.043</u>   |
| <b>Passivos Financeiros</b>                            |        |             |                  |                  |                  |                  |
| <b>Custo amortizado</b>                                |        |             |                  |                  |                  |                  |
| Fornecedores   | 13     | Nível 2     | 19.793           | 33.348           | 19.793           | 33.348           |
| Debêntures   | 14     | Nível 2     | 414.854          | 391.489          | 322.183          | 327.581          |
| Uso do bem público                                     | 16     | Nível 2     | 50.775           | 43.898           | 49.560           | 48.228           |
| Empréstimos e financiamentos                           | 15     |             |                  |                  |                  |                  |
| Moeda nacional   |        | Nível 2     | 1.547.234        | 1.568.620        | 1.547.234        | 1.568.620        |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas            | 9      | Nível 2     | 307              | 182              | 307              | 182              |
| Arrendamentos e aluguéis                               |        | Nível 2     | 338              |                  | 338              | -                |
|  |        |             | <u>2.033.301</u> | <u>2.037.537</u> | <u>1.939.415</u> | <u>1.977.959</u> |
|  |        |             | <u>2.033.301</u> | <u>2.037.537</u> | <u>1.939.415</u> | <u>1.977.959</u> |

#### 24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

##### • Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

#### 24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

#### 24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 15), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levadas em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público e das debêntures diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito; e

(ii) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) descontado a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

#### 24.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

#### 24.2 Gestão de riscos

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

#### 24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados ao TJLP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

#### 24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

| Operação                                 | Risco       | Saldo da exposição | Aging cenário provável |                  |                  | Cenário (I)        | Cenário (II)            | Cenário (III)           | Cenário (IV)            | Cenário (V)             |
|--|-------------|--------------------|------------------------|------------------|------------------|--------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
|  |             |                    | Até 1 ano              | 2 a 5 anos       | Acima de 5 anos  | Provável           | Aumento do risco em 25% | Aumento do risco em 50% | Redução do risco em 25% | Redução do risco em 50% |
| Aplicação financeira - CDB               | CDI         | 112.149            | 147                    |                  |                  | 147                | 36                      | 72                      | (36)                    | (73)                    |
| Cauções e depósitos vinculados           | CDI         | 80.195             | 3.054                  | 7.132            | 63.896           | 74.082             | 36.287                  | 84.495                  | (27.225)                | (47.587)                |
| <b>Instrumentos financeiros ativos</b>   | <b>CDI</b>  | <b>192.344</b>     | <b>3.201</b>           | <b>7.132</b>     | <b>63.896</b>    | <b>74.229</b>      | <b>36.323</b>           | <b>84.567</b>           | <b>(27.261)</b>         | <b>(47.660)</b>         |
|  |             | 192.344            | 3.201                  | 7.132            | 63.896           | 74.229             | 36.323                  | 84.567                  | (27.261)                | (47.660)                |
| Empréstimos e financiamentos - BNDES     | TJLP        | 1.568.766          | (119.910)              | (449.325)        | (844.572)        | (1.413.807)        | (215.837)               | (429.288)               | 218.280                 | 439.061                 |
| <b>Instrumentos financeiros passivos</b> | <b>TJLP</b> | <b>1.568.766</b>   | <b>(119.910)</b>       | <b>(449.325)</b> | <b>(844.572)</b> | <b>(1.413.807)</b> | <b>(215.837)</b>        | <b>(429.288)</b>        | <b>218.280</b>          | <b>439.061</b>          |
|  |             | 1.568.766          | (119.910)              | (449.325)        | (844.572)        | (1.413.807)        | (215.837)               | (429.288)               | 218.280                 | 439.061                 |
| Debêntures                               | IPCA        | 341.595            | (36.772)               | (118.712)        | (158.949)        | (314.433)          | (48.015)                | (101.130)               | 43.464                  | 82.862                  |
| <b>Instrumentos financeiros passivos</b> | <b>IPCA</b> | <b>341.595</b>     | <b>(36.772)</b>        | <b>(118.712)</b> | <b>(158.949)</b> | <b>(314.433)</b>   | <b>(48.015)</b>         | <b>(101.130)</b>        | <b>43.464</b>           | <b>82.862</b>           |
|  |             | 341.595            | (36.772)               | (118.712)        | (158.949)        | (314.433)          | (48.015)                | (101.130)               | 43.464                  | 82.862                  |

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 4,1% e 6,4% a.a.; TJLP entre 4,9% e 5,2% a.a. e IPCA entre 0,6% e 7,5% a.a.

#### 24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 5). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 26.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

|   | 31/12/2019 |                |                    |               |                | 31/12/2018 |           |
|---|------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|------------|-----------|
|   | Até 1 mês  | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total      | Total     |
| <b>Passivos financeiros</b>                       |            |                |                    |               |                |            |           |
| Fornecedores                                      | 14.146     | 3.145          | 2.502              |               |                | 19.793     | 33.348    |
| Debêntures  |            |                | 28.157             | 86.257        | 207.769        | 322.183    | 327.581   |
| Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 7.378      | 14.755         | 66.399             | 315.749       | 1.142.953      | 1.547.234  | 1.568.620 |
| Uso do bem público                                | 323        | 641            | 2.798              | 12.743        | 33.055         | 49.560     | 48.228    |
| Arrendamentos e aluguéis                          | 13         | 25             | 113                | 187           |                | 338        | -         |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas       |            |                |                    | 307           |                | 307        | 182       |
|   | 21.860     | 18.566         | 99.969             | 415.243       | 1.383.777      | 1.939.415  | 1.977.959 |

#### 24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15.

Em 31 de dezembro de 2019, o covenant de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15.1, não foi atendido, o que obriga a Companhia a compor em conta vinculada o equivalente a diferença do valor necessário para que o ICSD seja maior ou igual a 1,20, até o dia 15 de junho do exercício posterior imediato. Contudo, o vencimento seria antecipado apenas no caso de ICSD ser inferior a 1,20 durante três exercícios consecutivos ou quatro exercícios intercalados, sendo este, o primeiro exercício no qual que ocorreu o descumprimento, dessa forma, não houve o vencimento antecipado e, por isso, não há nenhum impacto contábil nestas Demonstrações Financeiras. A Companhia solicitou ao BNDES a dispensa do cumprimento dessa exigência. Com exceção do covenant mencionado, as demais cláusulas restritivas foram atendidas em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 26.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

#### 24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R\$1.000.

#### 24.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

##### • Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

##### • Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

## Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 24.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARCON-PA, AGER-MT etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

### 24.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

|                                      | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Total dos empréstimos e debêntures   | 1.869.417  | 1.896.201  |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa    | (112.935)  | (45.143)   |
| (-) Cauções                          | (80.195)   | (131.524)  |
| Dívida líquida                       | 1.676.287  | 1.719.534  |
| Total do Patrimônio Líquido          | 1.971.337  | 1.926.553  |
| Total do capital                     | 3.647.624  | 3.646.087  |
| Índice de alavancagem financeira - % | 45,96%     | 47,16%     |

## 25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

### 25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

|  |   | 2019       |              |                              |         |            |
|--|---|------------|--------------|------------------------------|---------|------------|
|  |   |            |              | Efeito não caixa             |         |            |
|  |   | Saldo em   | Efeito caixa | Variação monetária e cambial | Adições | Saldo em   |
|  |   | 31/12/2018 |              |                              |         | 31/12/2019 |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>   |   |            |              |                              |         |            |
|  |   |            |              |                              |         |            |
|  | Cauções   | 131.524    | (56.874)     | 5.545                        |         | 80.195     |
|  |   | 131.524    | (56.874)     | 5.545                        | -       | 80.195     |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>   |   |            |              |                              |         |            |
|  |   |            |              |                              |         |            |
|  | Debêntures  | 327.581    | (44.935)     | 11.609                       | 27.928  | 322.183    |
|  | Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 1.568.620  | (162.009)    | 4.869                        | 135.754 | 1.547.234  |
|  | Arrendamentos e aluguéis                          | -          | (118)        | 38                           | 391     | 311        |
|  | Capital social                                    | 2.351.974  | 58.000       |                              |         | 2.409.974  |
|  |   | 4.248.175  | (149.062)    | 16.516                       | 164.073 | 4.279.702  |
| <b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b> |   | 4.116.651  | (92.188)     | 10.971                       | 164.073 | 4.199.507  |
|  |   |            |              |                              |         |            |
|  |   |            |              |                              |         |            |
|  |   | 2018       |              |                              |         |            |
|  |   |            |              | Efeito não caixa             |         |            |
|  |   | Saldo em   | Efeito caixa | Variação monetária e cambial | Adições | Saldo em   |
|  |   | 31/12/2017 |              |                              |         | 31/12/2018 |
| <b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>   |   |            |              |                              |         |            |
|  |   |            |              |                              |         |            |
|  | Cauções e depósitos vinculados                    | -          | 129.783      | 1.741                        |         | 131.524    |
|  |   | -          | 129.783      | 1.741                        | -       | 131.524    |
| <b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>  |   |            |              |                              |         |            |
|  |   |            |              |                              |         |            |
|  | Debêntures  | 336.492    | (46.751)     | 2.485                        | 35.355  | 327.581    |
|  | Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas | 1.351.795  | 75.780       | 12.248                       | 128.797 | 1.568.620  |
|  | Capital social                                    | 2.273.974  | 78.000       |                              |         | 2.351.974  |
|  |   | 3.962.261  | 107.029      | 14.733                       | 164.152 | 4.248.175  |
| <b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b> |   | 3.962.261  | (22.754)     | 12.992                       | 164.152 | 4.116.651  |

### 25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

|  | 2019  | 2018   |
|--|-------|--------|
| Capitalização de juros de empréstimos e debêntures ao imobilizado      |       | 12.522 |
| Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível | 5.454 | 43.504 |
| Constituição do Uso do bem público no intangível                       |       | 2.522  |
| Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado                | 391   |        |
| Total  | 5.845 | 58.548 |

## 26 Compromissos contratuais e Garantias

### 26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

|   | 31/12/2019     |                |                |                  | 31/12/2018     |                  |
|---|----------------|----------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|   | 2020           | 2021 a 2022    | 2023 a 2024    | A partir de 2025 | Total geral    | Total geral      |
| Responsabilidades com locações operacionais                 |                |                |                |                  |                | 1.683            |
| Obrigações de compra  |                |                |                |                  |                |                  |
| Encargos de conexão e Transporte de Energia                 | 95             |                |                |                  | 95             |                  |
| Materiais e serviços  | 31.034         | 11.172         | 924            | 690              | 43.820         | 37.051           |
| Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 117.811        | 160.950        | 127.363        | 307.525          | 713.649        | 1.086.932        |
|   | <u>148.940</u> | <u>172.122</u> | <u>128.287</u> | <u>308.215</u>   | <u>757.564</u> | <u>1.125.666</u> |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

|   | 31/12/2019     |                |                |                  | 31/12/2018       |                  |
|---|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2020           | 2021 a 2022    | 2023 a 2024    | A partir de 2025 | Total geral      | Total geral      |
| Responsabilidades com locações operacionais                 |                |                |                |                  |                  | 1.708            |
| Obrigações de compra  |                |                |                |                  |                  |                  |
| Encargos de conexão e Transporte de Energia                 | 95             |                |                |                  | 95               |                  |
| Materiais e serviços  | 31.034         | 8.644          | 781            | 701              | 41.160           | 37.313           |
| Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures | 149.424        | 270.954        | 237.904        | 736.550          | 1.394.832        | 1.560.027        |
|   | <u>180.553</u> | <u>279.598</u> | <u>238.685</u> | <u>737.251</u>   | <u>1.436.087</u> | <u>1.599.048</u> |

### 26.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta a garantia do tipo Executante Construtor na modalidade Seguro Garantia, no montante de R\$781 (R\$240 em 31 de dezembro de 2018).

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14) e Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15), estão demonstrados em suas respectivas notas.

### 27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

|                        | 31/12/2019     |                              | 31/12/2018     |                              |
|------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
|                        | Valor em risco | Límite máximo de indenização | Valor em risco | Límite máximo de indenização |
| Subestações            | 36.516         | 36.516                       | 135.651        | 135.651                      |
| Usinas                 | 3.057.360      | 1.000.000                    | 3.025.318      | 1.000.000                    |
| Linhas de Transmissão  | 67.091         | 67.091                       |                |                              |
| Responsabilidade civil | 55.000         | 55.000                       | 55.000         | 55.000                       |
| Transportes (veículos) | 360            | 360                          | 360            | 360                          |
| Seguro de vida         | 7.537          | (*)                          | 8.281          | (*)                          |

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, cujo os limites são apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.000; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$20.000.

Adicionalmente, a Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil com riscos cibernéticos, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cuja a cobertura é de até R\$4.110.

\* \* \*

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Antônio Eduardo Portela Ferreira da Costa**  
Presidente

**Claudio Guilherme Branco da Motta**  
Conselheiro

**Pedro Eduardo Fernandes Brito**  
Conselheiro

**José Alves de Mello Franco**  
Conselheiro

**Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho**  
Conselheiro

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Conselheiro

**Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**  
Conselheiro

**Yujun Liu**  
Conselheiro

**Evandro Leite Vasconcelos**  
Conselheiro

**Antônio Eduardo Portela Ferreira da Costa**  
Conselheiro

**CONSELHO FISCAL**

**Felipe Há Jong Kim**  
Conselheiro

**Rodrigo Egreja**  
Conselheiro

**Fernando B. R. Oliveira**  
Conselheiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

**Luiz Otavio Assis Henriques**  
Diretor-Presidente

**Silvio Alexandre Scucuglia da**  
Diretor

**André Luiz de Castro Pereira**  
Diretor

**CONTABILIDADE**

**Leandro Carron Rigamonte**  
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos  
(Corporativo)

**Renan Silva Sobral**  
Gestor de Contabilidade  
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RJ